



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2021

Brasília/DF, 13 de março de 2023.

Aos Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e demais Administradores do
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL – CAU/DF
Brasília/DF

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data a auditoria das Demonstrações Contábeis, Financeiras e Patrimoniais do CAU/DF acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis, que ensejaram as Demonstrações Contábeis levantadas em 31/12/2021, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais do BP e DFC elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para o Plenário a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as Demonstrações Contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e servidores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
Sócio Sênior

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.2 Metodologia	6
1.3 TÉCNICAS DE ABORGADEM	6
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	6
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	6
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	8
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	10
2.1 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS.....	10
2.2 MATRIZ DE RISCO.....	11
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS	12
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS.....	17
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS	18
6. DIÁRIAS E JETONS	20
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	20
8. OUTROS ASSUNTOS.....	20
9. CONCLUSÃO.....	21

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal**, doravante denominado “Autarquia”, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, existentes, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos nas Demonstrações Contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2021, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria, a serem aplicados por amostragem estratificada cientificamente, efetuados mediante testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical e horizontal do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgamos necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nossos trabalhos foram exclusivamente desenvolvidos com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Financeiras, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

- ✓ Análise do orçamento anual verificando se foram aprovados regularmente, se as receitas previstas guardam conformidade com as fontes e se as despesas fixadas são compatíveis com os planos, programas, projetos e atividades aprovados;
- ✓ Examinamos a execução orçamentária, verificando se a receita arrecadada e a despesa realizada guardam conformidade com o que foi orçado, no que diz respeito aos aspectos quantitativos e qualitativos e, no caso de ser necessária reformulação ou remanejamento, se foram processados regularmente;
- ✓ Procedemos análise do sistema utilizado pelo CAU/DF para o controle da arrecadação e recolhimento das receitas, verificando o seu grau de segurança e eficácia, principalmente no que se refere à compatibilidade com os dados apresentados com os créditos efetuados pelo banco;
- ✓ Efetuamos análise da documentação (boletos, GRs, borderôs bancários) e dos sistemas de controle de arrecadação e recolhimento das receitas quanto à segurança e eficácia na identificação das origens, à efetivação dos créditos bancários e do compartilhamento;
- ✓ Verificação do controle das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados no que tange às atividades-fim da Instituição;
- ✓ Análise da movimentação dos recursos financeiros, verificando se está sendo efetuado por meio de banco oficial, se as aplicações financeiras são feitas de acordo com os dispositivos legais em vigor e se as contas são conciliadas regularmente;
- ✓ Exame dos procedimentos para realização da despesa, de sua propriedade e oportunidade, da formalização da documentação comprobatória, quanto à observância dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- ✓ Avaliação dos documentos comprobatórios das despesas (notas fiscais, faturas e ou recibos) quanto ao atendimento das fases das despesas: empenho, liquidação e pagamento;
- ✓ Análise dos processos licitatórios, inclusive dispensa e inexigibilidade, no que diz respeito ao cumprimento das Leis nºs. 8.666/93 e 10.520/02, suas regulamentações e normas acessórias;
- ✓ Verificamos os contratos e seus aditivos, bem como os instrumentos dos convênios e demais instrumentos firmados com terceiros, que resultaram ou resultem no nascimento e/ou extinção de direitos e obrigações, quanto aos seus aspectos legais e normais e ao cumprimento de suas cláusulas;

- ✓ Examinamos os procedimentos para seleção, admissão e dispensa de pessoal, dos controles e registros pertinentes, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, do cumprimento dos direitos e obrigações resultantes da relação entre as partes, de passivos trabalhistas, se houver, e de possíveis riscos trabalhistas;
- ✓ Analisamos os procedimentos contábeis utilizados, principalmente no que diz respeito à observância dos princípios fundamentais de contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, verificando o cumprimento das formalidades e escrituração dos Livros Diários e Razão, se os registros guardam conformidade com a documentação comprobatória e se estão atualizados;
- ✓ Análise dos balancetes, dos balanços orçamentário financeiro e patrimonial, das demonstrações das contas de resultado e demais demonstrações contábeis e extracontábeis quanto aos aspectos formais técnicos, verificando se os valores demonstrados representam adequadamente a situação econômico-financeira da Instituição;
- ✓ Análise quantitativa e qualitativa dos componentes patrimoniais Ativos e Passivos, inclusive do resultado patrimonial do exercício;
- ✓ Avaliação do sistema de controle dos bens patrimoniais móveis e imóveis, principalmente no que tange à identificação, localização, movimentação, guarda, estado de conservação, inventário, etc.;
- ✓ Análise do histórico de demandas e de diligências originárias dos órgãos de controle externo (TCU) e interno (CAU/DF) e de seu cumprimento.

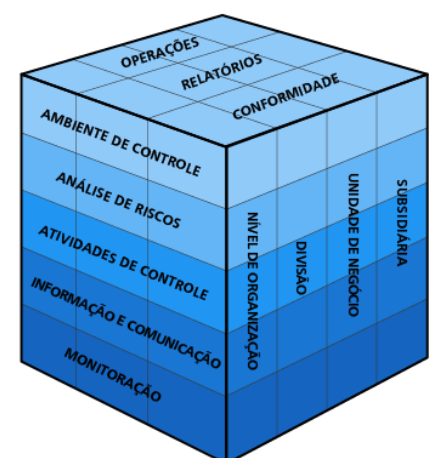
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao CAU/DF é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do CAU/DF.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2021, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos				
Orçamentário	Grande	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	2	3	4	5
Operacional		1	2	3	4	5
Gestão						
Regulação						
Processos						
Licitações						
Recursos Humanos						
Contábil						
Serviços						
Fornecedores						
Despesas						
Receitas						

Matriz de Riscos					
IMPACTO	Grande	Relevante	Moderado	Pequeno	Insignificante
	5	4	3	2	1

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
Rara	< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90	>90%
Improvável					
Possível					
Provável					
Quase certo					

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **61,34%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
ATIVO CIRCULANTE	3.328.956,13	61,34	2.845.801,18	60,27	Alto	Relativo
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.981.084,44	36,50	1.697.822,20	35,96	Alto	Relativo
DISPONIVEL	644,40	0,01	12.089,15	0,26	Baixo	Alto
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	1.980.440,04	36,49	1.685.733,05	35,70	Alto	Relativo
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.092.595,71	20,13	939.318,96	19,89	Alto	Relativo
CLIENTES	1.192.080,53	21,96	1.050.252,11	22,24	Alto	Relativo
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	2.299.308,22	42,37	1.703.456,76	36,08	Alto	Alto
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO	-2.398.793,04	-44,20	-1.814.389,91	-38,43	Alto	Alto
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO	200.384,87	3,69	153.768,91	3,26	Baixo	Alto
ESTOQUES	15.295,91	0,28	15.295,91	0,32	Baixo	Nula
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.595,20	0,73	39.595,20	0,84	Baixo	Nula

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído.

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujo saldo responde individualmente por aproximadamente **36,49%** do total do ativo da entidade, sendo, portanto, uma rubrica significativa do disponível e do resto do Balanço Patrimonial como um todo.

ATIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
ATIVO CIRCULANTE	3.328.956,13	61,34	2.845.801,18	60,27	Alto	Relativo
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.981.084,44	36,50	1.697.822,20	35,96	Alto	Relativo
DISPONIVEL	644,40	0,01	12.089,15	0,26	Baixo	Alto
DISPONIVEL VINCULADO EM C/C BANCARIA	1.980.440,04	36,49	1.685.733,05	35,70	Alto	Relativo

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das

flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extra mercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com alta liquidez, registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Relativamente aos saldos de disponibilidades da CAU/DF, especificamente às Aplicações Financeiras, verificamos que os valores são mantidos predominantemente em produtos financeiros como cadernetas de poupança, aplicações indexadas pelo CDB/CDI e fundos de investimentos. A distribuição do saldo nas das aplicações e suas rentabilidades estão demonstrada abaixo:

Aplicação	Saldo	Rentabilidade
Fundo BB RF CP Absoluto	96.953,79	3,28%
Fundo BB RF CP Diferenciado	1.883.486,25	3,79%
Total	1.980.440,04	

*Taxa de rentabilidade dos últimos 12 meses

Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC).

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

Recomenda-se a análise contínua das posições dos investimentos e dos desempenhos dos produtos aplicados em contraposição às alternativas no mercado com mesmo grau de risco e liquidez. Atendendo à política interna de risco/retorno da entidade sobre as aplicações financeiras

3.1.2 CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	3.328.956,13	61,34	2.845.801,18	60,27	Alto ●	Relativo ●
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.092.595,71	20,13	939.318,96	19,89	Alto ●	Relativo ●
CLIENTES	1.192.080,53	21,96	1.050.252,11	22,24	Alto ●	Relativo ●
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	2.299.308,22	42,37	1.703.456,76	36,08	Alto ●	Alto ●
() AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO	-2.398.793,04	-44,20	-1.814.389,91	-38,43	Alto ●	Alto ●

✓ Procedimentos de Auditoria

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo Regional, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
4. Relação contendo nome e números de registro de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ **Constatações**

Não poderíamos iniciar nossas análises e avaliar os saldos iniciais de Créditos a receber consignados no grupo, assim como a identificar a correta transposição dos saldos contábeis conforme descrito na Nota Explicativa 3.2:

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

O que constatamos é que o Regional vem aplicando a técnica descrita, conforme é possível identificar nas movimentações ocorridas nas contas, demonstrada a seguir:

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
1.1.2-CRÉDITOS A CURTO PRAZO	939.318,96	4.034.717,82	3.881.441,07	1.092.595,71
1.1.2.1.1.01-CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	1.050.252,11	2.883.424,29	2.741.595,87	1.192.080,53
1.1.2.1.1.01.01.01-Pessoa Física	<u>796.837,00</u>	2.427.454,45	2.320.952,45	903.339,00
1.1.2.1.1.01.01.02-Pessoa Jurídica	<u>253.415,11</u>	455.969,84	420.643,42	288.741,53
1.1.2.2.1.01-CRÉDITOS A RECEBER - DO EX. ANTERIOR	1.703.456,76	1.050.252,11	454.400,65	2.299.308,22
1.1.2.2.1.01.01.01-Pessoa Física - anterior	1.083.340,56	<u>796.837,00</u>	414.845,50	1.465.332,06
1.1.2.2.1.01.01.02-Pessoa Jurídica - anterior	620.116,20	<u>253.415,11</u>	39.555,15	833.976,16

Também é possível obter a confirmação do procedimento a partir da análise dos lançamentos registrados no Livro Diário, no dia 04 de janeiro de 2021 (marcados de amarelo):

Livro Diário

Data	Conta	Histórico	Nº Lancto	Nº Proc	Débito	Crédito
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	Valor inscrito em anuidades de PF exercício anterior, como créditos a receber, transferidos da conta anuidade de PF do exercício.	695			796.837,00
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	Valor inscrito em anuidades de PJ exercício anterior, como créditos a receber, transferidos da conta anuidade de PJ do exercício.	695			253.415,11
04/01/2021	1.1.2.2.1.01.01.01 - Pessoa Física - anterior	Valor inscrito em anuidades de PF exercício anterior, como créditos a receber, transferidos da conta anuidade de PF do exercício.	695		796.837,00	
04/01/2021	1.1.2.2.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica - anterior	Valor inscrito em anuidades de PJ exercício anterior, como créditos a receber, transferidos da conta anuidade de PJ do exercício.	695		253.415,11	
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.01 - Pessoa Física	Direitos de recebimento de anuidade de PF nesta data.	696		1.699.516,19	
04/01/2021	1.1.2.1.1.01.01.02 - Pessoa Jurídica	Direitos de recebimento de anuidade de PJ nesta data.	696		159.209,80	

No trecho do Livro Diário acima também é possível identificar o lançamento contábil de reconhecimento da receita com anuidades de 2021 pelo fato gerador (marcados de verde), o que está integralmente alinhado ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, que estabelece que, sob a ótica patrimonial, a receita deve ser reconhecida no momento do fato gerador, independente da execução orçamentária ou do ingresso de recursos financeiros.

Superada, então, a fase de validação dos saldos de anuidades a receber, passamos à análise das premissas utilizadas para estimar as perdas na realização desses créditos. E constatamos que as perdas estão compostas conforme abaixo:

Conta	Saldo Final
1.1.2-CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.491.388,75
1.1.2.1.1.01-CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	1.192.080,53
1.1.2.1.1.01.01.01-Pessoa Física	903.339,00
1.1.2.1.1.01.01.02-Pessoa Jurídica	288.741,53
1.1.2.2.1.01-CRÉDITOS A RECEBER - DO EX. ANTERIOR	2.299.308,22
1.1.2.2.1.01.01.01-Pessoa Física - anterior	1.465.332,06
1.1.2.2.1.01.01.02-Pessoa Jurídica - anterior	833.976,16
1.1.2.9(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.398.793,04
1.1.2.9.1.01(-) PROVISÃO PARA DEV DUVIDOSOS - ANUIDADE - PF	-1.447.752,72
1.1.2.9.1.01.01(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2012	-18.639,13
1.1.2.9.1.01.02(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2013	-26.576,22
1.1.2.9.1.01.03(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2014	-46.152,82
1.1.2.9.1.01.04(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2015	-65.988,30
1.1.2.9.1.01.05(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2016	-114.418,85
1.1.2.9.1.01.06(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2017	-173.459,78
1.1.2.9.1.01.07(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2018	-216.286,02
1.1.2.9.1.01.08(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2019	-320.155,21
1.1.2.9.1.01.09(-) PDD - Anuidades de PF - exercício 2020	-466.076,39
1.1.2.9.1.02(-) PROVISÃO PARA DEV DUVIDOSOS - ANUIDADE - PJ	-951.040,32
1.1.2.9.1.02.01(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2012	-15.978,62
1.1.2.9.1.02.02(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2013	-23.645,94
1.1.2.9.1.02.03(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2014	-40.529,95
1.1.2.9.1.02.04(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2015	-64.353,00
1.1.2.9.1.02.05(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2016	-100.113,67
1.1.2.9.1.02.06(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2017	-143.805,26
1.1.2.9.1.02.07(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2018	-160.560,91
1.1.2.9.1.02.08(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2019	-182.684,81
1.1.2.9.1.02.09(-) PDD - Anuidades de PJ - exercício 2020	-219.368,16

Sobre os dados acima, alguns aspectos devem ser considerados:

- A existência de saldo de PDD desde o exercício de 2012, acumulando valores de provisão no grupo por 9 anos, nos informa que ainda há profissionais inadimplentes com as anuidades desses exercícios tão longínquos (valores que estão aglutinados no grupo 1.1.2.2.1.01 – Créditos a Receber do Exercício Anterior). A confirmação da data de origem do crédito foi possível a partir da análise da informação contida no Relatório Analítico de Inadimplência.
- Há uma alta possibilidade de que os inadimplentes de anuidades mais antigas (2012, 2013 e 2014) também não tenham pago as anuidades mais recentes; esses são os inadimplentes contumazes (confirmamos por amostragem essa hipótese). Para esses profissionais, aplicando a Resolução nº 193, de 24 de setembro de 2020, o Regional já deveria tê-los inscrito em Dívida Ativa, todavia os valores continuam classificados como Créditos de Curto Prazo a Receber.
- Como afirmamos anteriormente, nesse exercício de 2021 foram reconhecidas as perdas prováveis sobre os créditos de 2020. Portanto não há perdas estimadas para as anuidades do exercício (2021). Assim sendo, constatamos que o valor total de

Perdas Estimadas supera o montante de créditos a receber, conforme demonstramos abaixo:

Conta	Saldo Final
1.1.2.2.1.01-CRÉDITOS A RECEBER - DO EX. ANTERIOR	2.299.308,22
1.1.2.2.1.01.01.01-Pessoa Física - anterior	1.465.332,06
1.1.2.2.1.01.01.02-Pessoa Jurídica - anterior	833.976,16
1.1.2.9-(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-2.398.793,04
1.1.2.9.1.01-(-) PDD - ANUIDADE - PF	-1.447.752,72
1.1.2.9.1.02-(-) PDD - ANUIDADE - PJ	-951.040,32

✓ Opinião

A partir das evidências obtidas na análise das anuidades a receber é possível obter segurança razoável de que os valores registrados se encontram conciliados com os controles auxiliares e com o banco de dados de inadimplência do SICAU, todavia, há indícios de que entre as anuidades a receber de exercícios anteriores existem valores originados desde o exercício de 2012, para tais valores, salvo melhor juízo, há um alta possibilidade de extinção do crédito tributário, tendo em vista o instituto da prescrição. Nesse caso, o valor de anuidades a receber encontra-se eivado com valores incobráveis.

Julgamos que o critérios utilizados para estimar as perdas na realização de anuidades não são razoáveis, uma vez que o valor total de perdas estimadas supera o montante dos créditos recebíveis aos quais essas perdas estão relacionadas.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

O grupo congrega valores diversos, não classificáveis nas demais contas do Ativo Circulante. Em sua maioria é composto por valores entregues à terceiros, cuja compensação ou prestação de contas se dará em até 12 meses. Compõe o grupo:

1.1.3-DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	200.384,87
1.1.3.1-ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	2.500,00
1.1.3.1.1.02.04-Cristiano Ramalho	2.500,00
1.1.3.3.1-DIVERSOS RESPONSÁVEIS	135.211,82
1.1.3.3.1.01-MARCOS AURÉLIO SILVA DE ALMEIDA	90.000,00
1.1.3.3.1.02-VALORES EM APURAÇÃO	45.211,82
1.1.3.3.2-DEVEDORES DA ENTIDADE	59.073,05
1.1.3.3.2.03-Marcos Aurélio Silva de Almeida	5.609,37
1.1.3.3.2.11-Adiantamento de Férias	53.114,10
1.1.3.3.2.23-FABIO NAVARRO GARCIA DE FREITAS	349,58
1.1.3.5-DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	3.600,00
1.1.3.5.2.01-Caução aluguel	3.600,00

Em relação ao saldo de suprimento de fundo registrado no grupo 1.1.3.1, no valor de R\$ 2.500,00, analisamos a relação de suprimentos concedidos no exercício sob análise e não consta processo cuja prestação de contas não tenha sido apresentada pelo Agente Suprido. Portanto é possível que o saldo se refira à processos anteriores a 2021. Nesse sentido recomendamos ao Regional que empreendam as medidas necessárias visando a regularização dos valores registrados, tendo em vista a possibilidade de futura instauração de Tomadas de Contas, nos termos do que preconiza o Art. 45 do Decreto 93.872/86.

Apesar de não termos recebido os controles auxiliares relacionados às contas, chamamos atenção especial aos valores registrados como **Diversos Responsáveis e Devedores da Entidade**, no exercício sob análise não houve movimentação nessas contas, refletindo que os devedores não assumiram a obrigação de reparar o Regional nos montantes registrados. Recomenda-se que se verifique a possibilidade de cobrança dos valores mediante encaminhamento para cobrança via cartório de protesto, inscrição na Dívida Ativa ou mediante ação de execução fiscal, se for possível.

3.1.4 ESTOQUES

Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais são solicitados mediante requisições que viabilizam a entrega física e o controle, devidamente inventariado ao final do exercício.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Não acompanhamos o inventário físico alusivo aos estoques, todavia, aplicamos procedimentos alternativos preconizados na NBC TA 501, mediante revisão e regressão contábil dos saldos, analisando as entradas e as saídas bem como a existência física dos referidos produtos.

✓ **Constatações**

Os Bens de Consumo existentes no Almoxarifado do Regional são controlados conforme Relatório de Posição de Itens no Estoque. Verificamos que o saldo constante no Controle Auxiliar está conciliado com o valor constante nas Demonstrações Contábeis.

Constatamos que não houve movimento na conta de estoque no exercício sob análise, apesar de ter havido o consumo de R\$ 30.528,65 de material de consumo no exercício, conforme registrado na conta de VPD 3.3.1 – Uso de Material de Consumo. Tal constatação reflete que itens de consumo podem não estar sendo registrados e controlados pelo almoxarifado do Regional.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **38,66%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVOS	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃOCIRCULANTE	2.098.294,10	38,66	1.876.001,49	39,73	Alto	Relativo
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	994.018,88	18,32	994.018,88	21,05	Relativo	Nula
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	490.496,62	9,04	490.496,62	10,39	Baixo	Nula
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	503.522,26	9,28	503.522,26	10,66	Baixo	Nula
IMOBILIZADO	1.100.998,60	20,29	877.350,23	18,58	Alto	Alto
BENS MÓVEIS	511.759,84	9,43	408.881,76	8,66	Baixo	Alto
BENS IMÓVEIS	871.725,41	16,06	719.140,42	15,23	Relativo	Alto
() DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E	-282.486,65	-5,20	-250.671,95	-5,31	Baixo	Relativo
INTANGÍVEL	3.276,62	0,06	4.632,38	0,10	Baixo	Alto
() AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-3.502,38	-0,06	-2.146,62	-0,05	Baixo	Alto

3.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo do grupo é composto pelas seguintes contas:

Conta	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Final
1.2.1-ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	994.018,88	-	-	994.018,88
1.2.1.1.2-CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	490.496,62	-	-	490.496,62
1.2.1.1.2.01-Marcos Aurélio Silva de Almeida	490.496,62	-	-	490.496,62
1.2.1.1.3-DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	503.522,26	-	-	503.522,26
1.2.1.1.3.01-Dívida Ativa - PF	335.348,44	-	-	335.348,44
1.2.1.1.3.02-Dívida Ativa - PJ	168.173,82	-	-	168.173,82

Relativamente ao saldo de R\$ 490.496,62, classificado como Créditos Tributários a Receber, não recebemos o controle auxiliar ou a documentação hábil que ampara a manutenção dos valores nas contas, assim como não há referência a esses valores em Notas Explicativas.

Já em relação aos valores de profissionais inscritos em Dívida Ativa (R\$ 503.522,26), solicitamos ao Regional a relação contendo o número de registro e nome dos profissionais inscritos, e recebemos o Relatório de Processos em Execução Fiscal. A partir desse relatório não é possível identificar o valor inscrito em Dívida Ativa. Portanto tal informação não foi suficiente para a validação dos saldos.

Ademais, verificamos que no exercício sob análise não houve movimentação nas contas de Dívida Ativa, o que significaria o não recebimento de valores inscritos e a não inscrição de novos profissionais. Ocorre que pelos status dos processos de execução fiscal que recebemos, nos parece que está havendo a movimentação nos processos, portanto, as evidências indicam que possivelmente os registros contábeis não estão ocorrendo à medida que o processo tramita.

Destacamos ainda que o Regional não mensurou, estimou e registros perdas no recebimento de Dívida Ativa, o que soa um tanto controverso, já que o fez para os Créditos de Curto Prazo. Conforme preconiza o MCASP – 9ª Ed, os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas

para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros.

Portanto, recomendamos ao Regional desenvolver metodologia para reconhecer perdas na realização dos créditos inscritos em Dívida Ativa.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **20,29%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um acréscimo de **25,49%** das transações que compõem a variação positiva de R\$ 223.648,37, constatada no período sob exame, portanto apresentando risco alto do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo da conta, atentando para apropriação das aquisições, no que tange a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações/Opiniões**

Não houve o inventário físico em 2021 realizado por uma Comissão Inventariante, esse procedimento teve um relativo impacto em função da COVID-19. Inobstante as justificativas, faz-se necessário que haja um esforço para implementação das normas descritas no MCASP, para controle do imobilizado. É necessário realizar o inventário (imobilizado, estoque e intangível) da entidade, de modo a separar as perdas. Os bens que não estejam sendo utilizados e que não tenham valor, em virtude de serem inservíveis (obsoleto, quebrado, inutilizado, etc.), deverão ser baixados como perda diretamente em conta de resultado (VPD).

Analisamos a movimentação das contas do Imobilizado em contraposição à Relação de baixas e incorporações de ativos do exercício e constatamos que estão conciliadas. Verificamos que a Relação Analítica do Acervo Patrimonial de Bens Móveis está conciliada com os saldos consignados no Balanço Patrimonial.

Constatamos que o Regional possui saldo de R\$ 871.725,41 registrado na conta Obras em Andamento, sendo que só em 2021 houve um aumento de R\$ R\$ 152.584,99. Sobre tais registros, as informações contábeis não soam coerentes, uma vez que o Regional não possui no seu acervo imobiliário nenhum bem imóvel, tais como prédios, terrenos ou edificações. Solicitamos do Regional esclarecimentos a respeito do assunto, todavia até o encerramento deste Relatório não tivemos respostas.

✓ **Opinião**

Destacamos a importância de serem realizados os inventários de Bens Móveis, mesmo que de forma extemporânea, para constatação da existência física dos bens, da sua localização e de seu estado de conservação e, por conseguinte, para a validação dos saldos contábeis.

No mais, os controles internos existentes se mostraram suficientes para controlar os riscos inerentes ao controle do acervo de bens móveis do Regional.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **8,30%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação positiva de **R\$ 147.782,4** equivalentes a um aumento de **48,82%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇ	RISCO DE VARIAÇÃ
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)		
PASSIVO CIRCULANTE	450.496,49	8,30	302.714,06	6,41	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR	421.515,03	7,77	277.159,02	5,87	Baixo	Alto
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A	2.652,38	0,05	50,00	0,00	Baixo	Alto
OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS	24.000,17	0,44	24.000,17	0,51	Baixo	Nulo
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.328,91	0,04	1.504,87	0,03	Baixo	Alto

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) e Provisões da Folha de Pagamento do CAU/DF.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2. FORNECEDORES

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Realizamos o teste no subgrupo de Fornecedores, demonstrando propriedade nos saldos apresentados.

✓ **Constatações**

Constatamos que os saldos se referem às obrigações a pagar com fornecedores pelos bens adquiridos ou serviços prestados no curso normal das atividades do Regional, sendo que são classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano ou obrigações já vencidas.

A manutenção de saldos no encerramento do exercício é consequência direta da vinculação do CAU/DF aos estágios da despesa pública (estabelecidos na Lei nº 4.320/64), e ao cronograma de desembolso ou programação financeira, o que leva, no mais das vezes, à inscrição das despesas empenhadas e não pagas em Restos a Pagar.

✓ **Opinião**

Realizamos testes através de exame da documentação de suporte para os registros contábeis e não evidenciamos qualquer irregularidade, sendo que os saldos representam de forma apropriada a posição do grupo na data do balanço.

4.1.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **91,70%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	< A/V >	< A/H >
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.976.753,74	91,70	4.419.088,61	93,59	Alto	Relativo
RESULTADOS ACUMULADOS	4.976.753,74	91,70	4.419.088,61	93,59	Alto	Relativo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	4.976.753,74	91,70	4.419.088,61	93,59	Alto	Relativo
Superávits ou Déficits do Exercício	557.665,13	10,28	692.452,75	14,67	Relativo	Relativo
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS	4.419.088,61	81,42	3.726.635,86	78,92	Alto	Relativo
TOTAL	5.427.250,23		4.721.802,67			Relativo

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da entidade, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Constatamos que a Estrutura das Demonstrações Contábeis do Regional, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentaram as seguintes desconformidades em relação ao que preceitua os normativos existentes e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil:

a) Ausência de apresentação dos Saldos do Exercício Anterior no Balanço Patrimonial

Na apresentação das Demonstrações Contábeis não foram apresentados, para fins de comparabilidade (característica imprescindível da informação contábil), os saldos contábeis relativos ao período anterior.

Essa obrigação “formal” para as Demonstrações Contábeis encontra-se expressamente prevista nos itens 53 e 54 da NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de 18 de outubro de 2018:

A menos que uma norma permita ou exija de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.

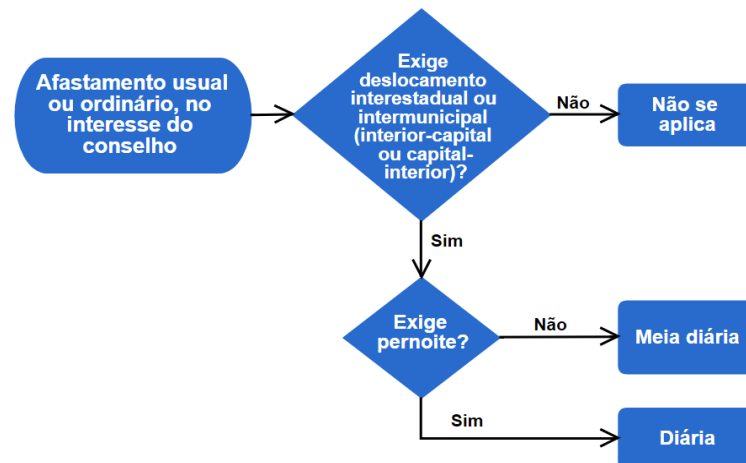
6. DIÁRIAS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias está de acordo com o Normativo emitido pelo Conselho.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



✓ **Opinião**

Analisamos as despesas com diárias dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os contorles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de janeiro, fevereiro e março. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

9. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 24 (vinte e quatro) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e acerca dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2023

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" DF

Sócio Sênior


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" DF


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-9 "S" DF





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL – CAU/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31/12/2021

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2021**

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL – CAU/DF

Brasília/DF

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL – CAU/DF**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, balanço financeiro, balanço orçamentário, as demonstrações dos fluxos de caixa e as das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do **CAU/DF**, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao **CAU/DF**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Outros Assuntos

3.1) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório foi emitido em 07 de junho de 2022.

3.2) Relatório de Gestão

A administração do **CAU/DF** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório de Gestão equivalente ao Relatório de Administração no âmbito Societário.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o **CAU/DF** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o **CAU/DF** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **CAU/DF** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **CAU/DF**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **CAU/DF** a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2023.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/0



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"DF
CNAI 1592 - Sócio Sênior



Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"DF
CNAI 4747 – Sócio



Thomaz de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"DF
CNAI 4850 - Sócio





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br